

METRÓPOLES:
TERRITÓRIO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

BELÉM:

TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM URBANA

Ana Cláudia Duarte Cardoso
José Júlio Ferreira Lima
(editores)



série estudos comparativos



Observatório
das Metrópoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRAPITAL

Organização Social da Região
Metropolitana de Belém e Desigualdades
Sociais: oportunidades no Mercado de
Trabalho, Renda e Educação

Ricardo Bruno N. dos Santos

Resumo: O presente capítulo se propõe a analisar o efeito da organização social do território da RMB no enfoque sobre a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho e renda, bem como, sobre suas oportunidades educacionais. Assim como o esforço de averiguar se a localização territorial coloca-se como um dos determinantes das diferenças de renda entre os indivíduos e de suas chances de estarem em algum tipo de vulnerabilidade, seja por conta do desemprego, seja pela sua situação desfavorável (fragilidade) em sua ocupação. No fechamento do capítulo transcorre a análise sobre como evoluiu os indicadores educacionais, bem como seu relacionamento com o território metropolitano de Belém.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Belém. Mercado de trabalho, renda e educação. Organização social do território. Desigualdade de oportunidades.

Abstract: This chapter aims to analyze the effect of social organization of the territory in RMB focusing on inequalities of opportunities in the labor market and income, as well as on educational opportunities. As well the effort to ascertain whether the territorial location positions is itself as one of the determinants of income differences between individuals and their chances of being under some kind of vulnerability, either because of unemployment or through occupation disadvantage (fragility). At the end of the chapter, there is an analysis on the evolution of education indicators, as well their relationship with the spatial differences within Belem Metropolitan Region.

Keywords: Metropolitan Region of Belém labor market. Income and education. Social organization of the territory. Unequal opportunities.

7.1 O mercado de trabalho

O município de Belém, no contexto da região, se destaca por ser um dos principais polos comerciais da região Norte do Brasil, com uma economia pautada, principalmente, no setor de comércio e serviços. A localização do município está associada à concentração de atividades comerciais e de serviços, identificando-o como centro, segundo o conceito de Centralidade (SANTOS, 1996) ligado à caracterização dos “sistemas de fluxos”, ou seja, movimentos de atração a um determinado ponto da rede urbana, conforme já demonstrado no capítulo 1 deste livro.

Esse papel fica claro quando se observa a dinâmica laboral da RMB, como pode ser visto na tabela 7.1, em que a maior parte dos trabalhadores concentra-se nos setores de comércio e serviços, com destaque para Belém, onde quase 60% dos trabalhadores com mais de 18 anos atuam no setor de Serviços e o município de Ananindeua, o segundo de maior importância da RMB, que concentra 53% de sua população trabalhadora na atividade de serviços.

Com relação à atividade agrícola, observa-se nos municípios de Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará um destaque para o setor agropecuário, já que nos dois censos, ambos os municípios tinham mais de 20% de seus trabalhadores com mais de 18 anos atuando no setor agropecuário.

Tabela 7.1 – Distribuição das pessoas com mais de 18 anos ocupadas por tipo de Setor da Economia nos municípios da RMB (2000 e 2010)

Município	% Ocupado no Setor Agropecuário		% Ocupado no Setor de Comércio		% Ocupado no Setor de Construção		% Ocupado no Setor Extrativo Mineral		% Ocupado na Indústria de Transformação		% Ocupado no setor de Serviços	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ananindeua	1,42	1,89	23,82	24,22	8,79	10,06	0,07	0,15	9,37	7,24	53,16	49,59
Belém	1,59	1,62	21,95	23,09	6,96	7,49	0,13	0,25	9,24	5,48	58,07	54,16
Benevides	8,58	7,60	12,70	21,87	12,45	12,22	0,40	0,15	11,53	8,24	50,54	44,10
Castanhal	11,20	8,51	21,68	23,92	8,26	8,57	0,18	0,19	13,77	11,29	43,70	39,57
Marituba	3,68	2,83	15,23	25,71	10,90	11,78	0,09	0,10	13,43	4,93	54,65	48,85
Santa Bárbara	20,24	22,43	14,33	16,77	8,02	10,83	0,18	0,00	13,12	7,33	42,48	38,84
Santa Isabel	22,89	22,06	16,72	17,53	7,19	6,58	1,57	0,25	10,22	13,45	40,51	33,58
Pará	27,36	24,54	15,43	17,08	5,55	7,14	0,69	0,91	10,97	6,61	38,00	37,45

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

O que tem se observado ao longo dos anos e, principalmente,

entre o período de 2000 e 2010, é uma queda do setor de Serviços frente ao avanço do comércio e da construção civil na RMB, pois, nesses últimos dez anos, a região tem sofrido fortes pressões do mercado imobiliário, permitindo que áreas centrais de Belém se valorizem cada vez mais; o mesmo vem ocorrendo nos municípios de Ananindeua, Benevides e Marituba, que são cortados por um dos eixos de expansão da RMB: a BR-316.

Ainda baseando-se em aspectos ligados ao trabalho, pode-se verificar, a partir de alguns indicadores, a fragilidade da RMB no que se refere a aspectos do trabalho formal e informal. Na tabela 7.2 é possível identificar a relação de contingente de trabalhadores dos setores formais e informais e medir o grau de ocupação de menores, grau de formalização, desocupação (desemprego) e informalidade.

Como se observa, a RMB possui um alto percentual de crianças trabalhando (ou que estavam procurando trabalho), já os municípios de Ananindeua, Belém, Castanhal e Marituba tiveram aumento da sua população de menores nessa condição, indicador mostrando que a RMB, no geral, tem aumentado o número de menores que tem procurado emprego ou que estejam trabalhando em alguma atividade informal, o que mostra certa fragilização, haja vista que tais crianças deveriam se dedicar integralmente à escola, para que não tenham seu futuro comprometido por conta da falta de oportunidades. A RMB apresentou taxas menores que o estado do Pará, onde a taxa de atividade de menores de 10 a 14 anos passou de 10,35% para 10,58% da população nessa faixa etária.

Tabela 7.2 – Indicadores de informalidade, atividade na RMB (2000 e 2010)

Município	% de trabalhadores por conta própria*		Grau de formalização dos ocupados*		Taxa de atividade - 10 anos ou mais		Taxa de atividade - 10 a 14 anos		Taxa de desocupação*		% de empregados sem carteira*	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ananindeua	28,29	25,97	44,82	51,75	43,54	47,86	4,44	4,49	9,79	10,82	25,88	23,15
Belém	27,72	26,32	48,51	54,58	44,02	47,87	3,74	4,95	12,87	10,17	24,20	21,12
Benevides	24,38	27,40	42,73	43,39	37,54	44,11	3,71	3,61	11,62	12,98	32,28	27,89
Castanhal	30,13	27,67	37,60	47,43	38,95	43,50	5,06	5,84	14,22	9,45	29,83	24,35
Marituba	26,41	23,67	40,72	54,10	36,58	43,58	3,56	5,40	36,58	14,34	32,58	22,55
Santa Bárbara	24,36	31,29	39,33	35,59	37,15	38,58	7,21	3,38	37,15	11,59	32,42	26,62
Santa Isabel	33,67	32,04	35,29	41,77	38,29	41,87	7,15	5,19	38,29	9,82	27,70	23,96
Pará	34,19	30,89	30,82	37,38	38,68	42,30	10,35	10,58	13,04	9,03	26,23	25,45

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

* Pessoas maiores de 18 anos.

Entre 2000 e 2010, houve uma queda na informalidade na RMB, visto que os indicadores de grau de formalização e percentual de empregados sem carteira têm aumentado e caído respectivamente. O aumento do grau de formalização mostra a relação entre as pessoas formalmente ocupadas pelo número total de pessoas com idade acima dos 18 anos. Os municípios de Ananindeua, Belém e Marituba possuem mais de 50% de sua população atuando no mercado formal. O pior município nesse quesito é Santa Bárbara do Pará, com 39,33% de sua população formalmente ocupada.

A queda no número de desocupados também pode ser observada entre 2000 e 2010, no entanto, Ananindeua e Benevides tiveram no período um aumento no número de desempregados, o que mostra que tais municípios têm menor capacidade de absorver seus trabalhadores. Já Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará experimentaram durante o período, significativas quedas na sua taxa de desocupação, onde todos os municípios diminuíram suas taxas de desemprego em mais de 20%. No caso de Santa Isabel, passou de 38,29% para 9,82%.

7.2. Efeitos da localização do território sobre o desemprego e a fragilidade ocupacional

A RMB é uma das regiões metropolitanas que apresentou as maiores taxas de desemprego e fragilidade ocupacional no Brasil, conforme observado por Ribeiro; Rodrigues; Corrêa (2010) e o comportamento de tais indicadores por tipos socioespaciais trazem novas evidências para a caracterização na RMB das parcelas da população em situação de fragilidade ocupacional e desempregada.

O indicador de Fragilidade Ocupacional identifica as pessoas que são empregados domésticos sem carteira assinada, trabalham por conta própria e que não contribuem para a Previdência e trabalhadores sem carteira e que não contribuem para a Previdência. Os dados da tabela 7.3 evidenciam a distribuição da fragilidade ocupacional e do desemprego por tipos socioespaciais.

Tabela 7.3 – Percentual de desempregados e pessoas em fragilidade ocupacional na RMB por tipos socioespaciais (2000 e 2010)

Classes	Desemprego				Fragilidade Ocupacional			
	2000	% Classe	2010	% Classe	2000	% Classe	2010	% Classe
Médio	28,16	8,78	27,63	4,97	26,12	22,2	27,8	19,01
Médio Superior	26,58	8,35	20,08	4,8	26,27	22,49	19,15	17,41
Popular inferior	7,33	7,04	4,27	4,09	8,93	23,38	6,61	24,05
Superior	5,37	6,09	5,83	3,7	7,42	22,93	5,9	14,26
Popular	30,29	8,63	38,23	5,83	28,64	22,23	35,14	20,37
Popular Agrícola	2,26	6,93	3,96	3,91	2,61	21,85	5,39	20,23
Total Pessoas	162.377		114.120		442.549		433.899	

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000 e 2010

Entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu uma queda no quantitativo de pessoas desempregadas (queda de 29,72%) na RMB, no entanto, a expressiva redução do número de pessoas desempregadas não foi acompanhada, comparativamente, em um mesmo patamar pelo número de pessoas em fragilidade ocupacional (queda de 1,95%) entre os anos de 2000 e 2010.

Isso significa que o aumento no número de ocupações, como observado na tabela 7.3, segundo a qual ocorreu uma redução da taxa de desocupação na maioria dos municípios da RM, não garante uma segurança de longo prazo.

Os tipos Popular, Médio e Médio Superior são os que concentram maior parcela da população, 81,49% em 2000 e 81,78% em 2010 e por tal razão são as que mais concentram pessoas desempregadas e em fragilidade ocupacional, segundo a tabela 7.1. Ainda evidenciando o comparativo entre os anos, em 2000, 8,23% da população estava desempregada e 22,43% estavam em situação de fragilidade ocupacional. Em 2010, 5,02% estavam desempregados e 19,07% estavam em fragilidade ocupacional.

Em 2000, o tipo que apresentou maior número de desempregados foi o Médio, com 8,78% da sua população desempregada, seguida do tipo Popular (8,63%) e do Médio Superior (8,35%). O tipo Superior foi o que apresentou menor número de desempregados nesse período com 6,09%, ou seja, o território com maior *nível* social foi o que apresentou menor vulnerabilidade no que tange ao número de desempregados.

Focando a análise para o ano 2000 para o indicador de fragili-

dade ocupacional, observa-se certa homogeneidade do percentual de pessoas que se encontram em fragilidade em cada classe, onde o tipo Popular Agrícola foi o que apresentou um menor percentual de pessoas com tal configuração, com 21,85% das pessoas na classe nessa situação. Por sua vez, o tipo que apresentou maior número de pessoas com fragilidade ocupacional foi o tipo Popular Inferior com 23,38% das pessoas nessa composição territorial em fragilidade ocupacional.

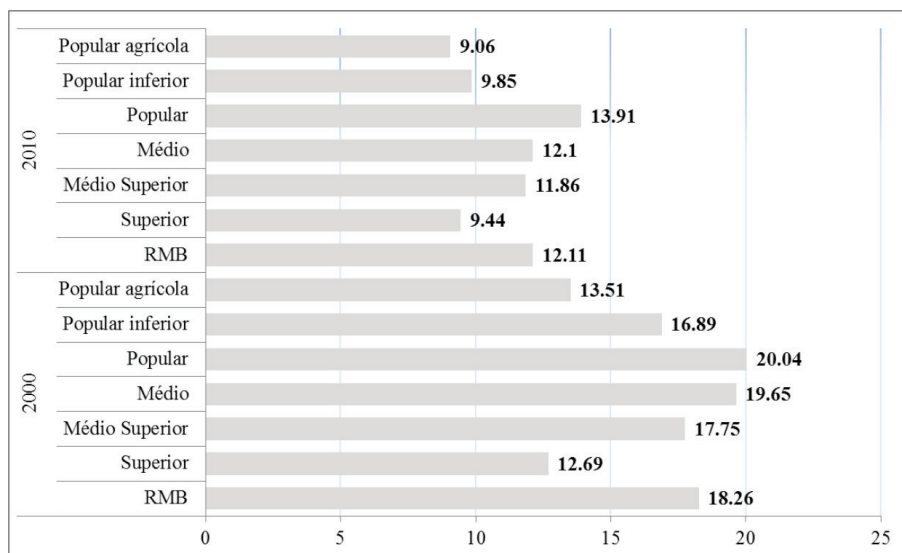
Em 2010 5,83% das pessoas pertencentes ao tipo Popular estavam desempregadas, ou seja, 38,23%, das 114 mil pessoas e foi a composição territorial que apresentou maior nível de vulnerabilidade no que se refere ao desemprego. Já o tipo menos vulnerável nesse indicador foi o Superior, onde 3,7% das pessoas dessa classe territorial estão desempregadas.

Com relação à fragilidade ocupacional em 2010, observa-se que o tipo com maior taxa verificada foi o Popular Inferior com 24,05% das pessoas nessa composição territorial em situação de fragilidade ocupacional. Do outro lado, o tipo Superior foi que apresentou menor percentual de pessoas em situação de fragilidade ocupacional, com 14,26% das pessoas ali localizadas em tal situação (o que corresponde em 2010 a 5,9% de, aproximadamente, 434 mil pessoas nessa condição).

Quanto à taxa de desemprego na RMB¹, observa-se que é a região metropolitana que apresenta o maior nível de desemprego no Brasil. No ano de 2000, o desemprego no Brasil atingiu uma taxa de 15,28% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na mesma época, na RMB, essa taxa foi de 18,26%, como pode ser observado no gráfico 7.1. Em 2010, a taxa de desemprego na RMB diminuiu para 12,11%, no entanto, ficou muito acima da taxa no Brasil, de 7,65%.

¹ Taxa de desemprego (aberto): percentagem das pessoas desocupadas em relação às Pessoas Economicamente Ativas (PEA). A PEA, por sua vez, compreende a população ocupada e a desocupada. População ocupada refere-se às pessoas que, num determinado período de referência, trabalhou ou tinha trabalho. E população desocupada refere-se àquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais etc.).

Gráfico 7.1 – Taxa de desemprego (%), segundo tipos socioespaciais (RMB 2000 e 2010)



Fonte: Censos Demográficos IBGE (2000-2010). Elaboração: Observatório das Metrôpoles, 2014.

No ano 2000, todos os tipos socioespaciais possuíam elevadas taxas de desemprego, sendo os tipos Popular e Médio apresentando as maiores taxas de desemprego, respectivamente com 20,04% e 19,65%. Por sua vez, os tipos Popular Agrícola e Superior foram os que apresentaram as menores taxas no período com 13,51% e 12,69%. Em 2010, a configuração foi muito parecida, mantendo-se os tipos Popular e Médio com as maiores taxas de desemprego no período, respectivamente 13,91% e 12,1% e os tipos Superior e Popular Agrícola com as menores taxas: 9,44% e 9,06%, respectivamente.

Chama a atenção o fato de que, em 2000, dois tipos (Popular Agrícola e Superior) estavam com taxas inferiores à taxa de desemprego nacional de 15,28%, mas no ano de 2010 todos os tipos ficaram com taxas superiores à média nacional de 7,65%.

7.3 Efeitos da localização do território sobre a renda

No sentido de complementar a análise do capítulo, a renda tem a finalidade de mostrar como ocorre a distribuição dos recursos oriundos do trabalho principal, os valores da renda média (rendimentos *per*

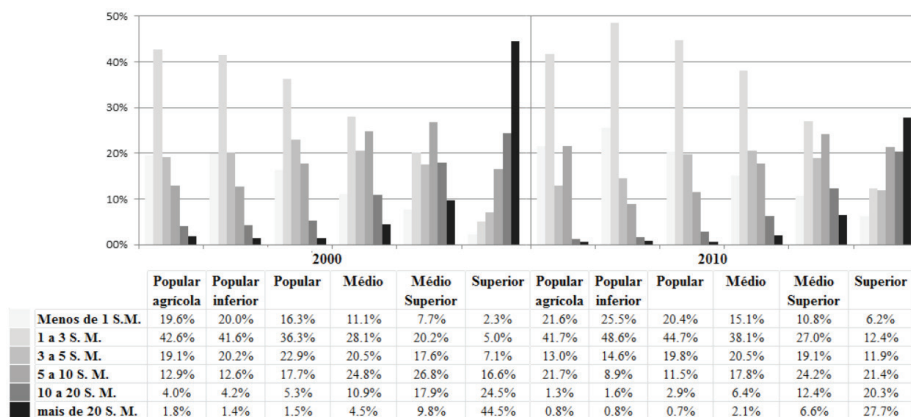
capita) e da desigualdade de renda (por intermédio do coeficiente de Gini) e sua distribuição no território da RMB segundo os tipos socio-espaciais.

7.3.1 A distribuição da renda do trabalho principal em salários-mínimos na RMB (2000 e 2010)

Ao analisar a distribuição da renda do trabalho principal por faixa de salário-mínimo (Gráfico 7.2) foi possível verificar que, em 2000, o rendimento menor que um salário-mínimo estava mais concentrado nos tipos Popular Agrícola (19,6%), Popular Inferior (20%) e Popular (11,1%), porém a maior parte dos responsáveis presentes nos tipos Popular Agrícola, Popular Inferior, Popular e Médio recebiam rendimentos entre 1 a 3 salários-mínimos, com respectivamente 42,6%, 41,6%, 36,3% e 28,1%. Tal aspecto evidencia que os rendimentos na RMB não são tão baixos como se pressupunha, conforme a análise da renda média e dos rendimentos médios *per capita*.

Ainda concentrando a análise para o ano de 2000, observa-se que o tipo Médio Superior foi o que apresentou maior equilíbrio dos responsáveis em termos de classe de rendimentos, isso porque 82,5% dos responsáveis nessa categoria tinham rendimentos entre 1 e 20 salários-mínimos. Já o tipo Superior foi o que apresentou maior parte de seus responsáveis com rendimentos superiores a 20 salários, somando-se as duas últimas classes de rendimentos (acima de 10 salários), já o tipo Superior concentra 69% de seus responsáveis com esse nível de rendimento.

Gráfico 7.2 – Distribuição da renda do trabalho principal em salário-mínimo, segundo os tipos socioespaciais na RMB (2000 e 2010)



Fonte: Censos Demográficos IBGE (2000-2010). Elaboração: Observatório das Metrópoles, 2014.

Para o ano de 2010, observa-se uma forte concentração da renda nos tipos Médio Superior e Superior, dado que as classes de maiores rendimentos, acima de 10 salários-mínimos, são onde mais concentram pessoas. As camadas mais inferiores são as que concentram um quantitativo com classe de salários menores, abaixo de três salários-mínimos, por exemplo.

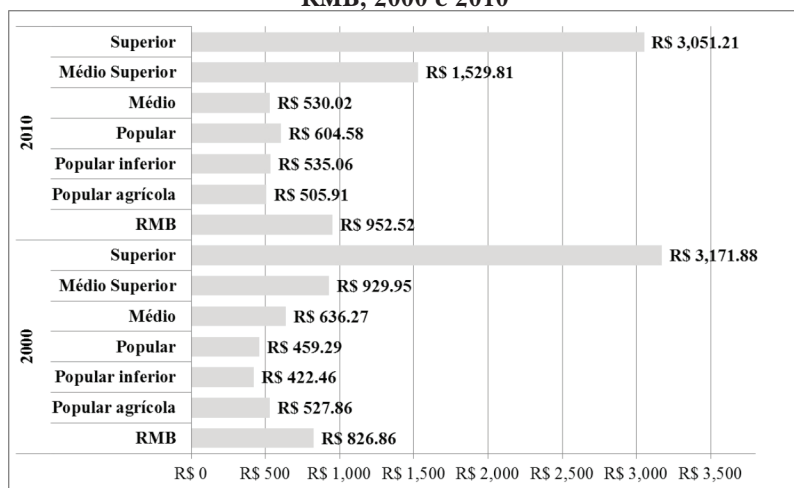
7.3.2 Renda média domiciliar na RMB (2000 e 2010)

No que tange à evolução da renda média domiciliar na RMB, essa variável mostra-se bem definida no território tanto em 2000 como em 2010. As áreas com predomínio do tipo Superior obtiveram o maior nível de renda média domiciliar, já que em 2000 portavam uma renda média de R\$ 3.171,88, enquanto que, em 2010, essa renda caiu para R\$ 3.051,21², como pode ser observado no gráfico 7.3.

Nos dois períodos, observamos que os únicos tipos que possuem rendimento médio domiciliar superior à média da RMB são os tipos Médio Superior e Superior, os demais tipos ficaram com rendimento médio domiciliar abaixo da média da RMB.

² A renda foi atualizada pelo IGP-DI a preços de 2000.

Gráfico 7.3 – Média da renda domiciliar, segundo os tipos socioespaciais, RMB, 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos IBGE (2000-2010). Elaboração: Observatório das Metrôpoles, 2014.

Como não é possível comparar as tipologias entre os anos, por se configurarem espacialmente de forma distinta (Ver capítulo 6), analisamos apenas a disposição da renda média para cada ano e seus diferenciais entre os tipos. Na RMB, pode ser observado tanto no gráfico 7.3 como na tabela 7.4, que em 2000 era grande o hiato de renda entre os tipos mais inferiores e os mais superiores. A renda média da RMB era 283,61% inferior ao rendimento médio do tipo superior.

Tabela 7.4 – Diferenciais entre os anos e entre o rendimento médio domiciliar, segundo os tipos socioespaciais na RMB (2000 e 2010)

Tipos	Renda Média R\$ de 2000		Diferenciais de Rendimento em relação ao tipo Superior (%)	
	2000	2010	2000	2010
RMB	826,86	952,52	-283,61	-220,33
Popular Agrícola	527,86	505,91	-319,77	-267,22
Popular Inferior	422,46	535,06	-332,51	-264,16
Popular	459,29	604,58	-328,06	-256,86
Médio	636,27	530,02	-306,66	-264,69
Médio Superior	929,95	1.529,81	-271,14	-159,72
Superior	3.171,88	3.051,21	0	0

Fonte: Censos Demográficos IBGE (2000-2010). Elaboração: Observatório das Metrôpoles, 2014.

A maior diferença entre a renda média foi a observada entre o tipo Popular Inferior, isso porque o tipo Superior possuía, em 2000, uma renda média 3,32 vezes maior. Todos os tipos, com exceção do Médio Superior, tiveram uma renda, pelo menos, três vezes menor que a renda média do tipo Superior.

Para o ano de 2010, a diferença entre as rendas médias em relação ao tipo Superior foram menores, isso demonstra que além da possível diminuição da desigualdade de renda entre o período analisado, as mudanças das configurações territoriais também podem ter contribuído para a diminuição do hiato de renda comparada ao tipo Superior.

A renda média da RMB era 2,2 vezes menor se comparada à média do tipo Superior, já os demais tipos apresentaram uma renda média, pelo menos, 2,5 vezes menor que o tipo Superior, com exceção do tipo Médio Superior que apresentou uma renda média 1,6 vezes menor que o tipo Superior.

Em ambas as situações, no que se refere tanto à classe de rendimentos, como à renda média, se observa configurações territoriais bem distintas. O índice de Gini evidencia que existem desigualdades de rendas entre os tipos, sendo essas diferenças mais acentuadas nos tipos mais superiores, conforme tabela 7.5.

Tabela 7.5 – Distribuição da desigualdade de renda na RMB a partir dos tipos socioespaciais (2000 e 2010)

Classes	Gini	
	2000	2010
Superior	0.5484	0.5462
Médio Superior	0.5376	0.5475
Médio	0.5143	0.4975
Popular	0.4746	0.4496
Popular Inferior	0.4861	0.4709
Popular Agrícola	0.4972	0.4966

Fonte: Censos Demográficos IBGE (2000-2010)

Os índices mais altos indicam maior desigualdade de renda, os tipos mais inferiores apresentaram um Gini inferior a 0,5, ou seja, os rendimentos são menos desiguais dentro desses tipos, isso significa que uma maior parcela da população localizada nesses tipos recebe rendas muito mais próximas à renda média verificada na tabela 7.5.

Confirmamos, também, uma queda na concentração de renda en-

tre os anos, pois com exceção do tipo Médio Superior, todos demais tipos tiveram queda no índice de Gini, lembrando que não se pode afirmar que esse fenômeno ocorre meramente pela diminuição da desigualdade, como já fora observado na literatura, ou se a mudança na composição territorial entre os anos também influenciou nessa queda do Gini.

7.4 Situação Educacional na Região Metropolitana de Belém

7.4.1 Aspectos gerais da educação na RMB

A partir do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013) foi possível observar alguns importantes indicadores educacionais para os municípios da RMB, esses indicadores podem ser observados na tabela 7.6.

Em relação à média de anos de estudo que uma determinada geração irá atingir até seus 18 anos (caso mantenham os padrões atuais de estudo), os dados mostram que a RMB evoluiu entre os anos de 1991 a 2010, ficando com valores acima do estado do Pará. Indicadores como estes evidenciam que os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família tem promovido forte impacto na RMB ao longo dos anos, mantendo para o ano de 2010, uma média de anos de estudos próximo dos 10 anos, exceção ao município de Santa Bárbara do Pará.

Porém, o que preocupa é o comportamento de outros indicadores, como a taxa de analfabetismo de pessoas acima dos 25 anos e que, de 1991 até 2010, tem mostrado significativa queda, todavia, os municípios de Castanhal, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará ainda possuem altas taxas de analfabetismo: acima dos 10%, além do município de Benevides (8,71%).

Com relação ao atraso escolar, no geral, tem ocorrido uma queda generalizada ao longo dos anos. Para o nível básico e fundamental, essa queda foi mais modesta, tendo ocorrido até aumento do percentual de estudantes com atraso escolar, como foi o caso de Ananindeua, Belém e Santa Isabel do Pará. Para o nível fundamental, o aumento do percentual de alunos com atraso escolar de um ano ocorreu em Belém e Santa Isabel (nesse caso é considerado o aumento entre o período de 2000 e 2010).

Com relação ao ensino médio, a queda no atraso escolar (de 1

ano) de 1991 a 2010 foi expressiva, o município de Marituba saiu de um atraso de 49,35% em 1991 para 27,11%. No ano de 2010, todos os municípios da RMB apresentaram uma taxa de atraso escolar de um ano acima de 20% para o ensino médio; no caso de Castanhal, a mesma superou os 30% e tal fato foi comum para a maioria dos municípios e faixas de ensino.

A configuração para dois anos de atraso escolar é muito semelhante na modalidade do ensino básico, ou seja, em 2010, mais de 20% das crianças dos municípios da RMB tinham uma defasagem escolar de dois anos, o que mais impressiona são os valores de 2000, onde os municípios periféricos a Belém possuíam uma taxa superior aos 40%. Com relação ao ensino fundamental, em 2010, boa parte dos municípios estava abaixo dos 20%, porém, muito próximos a esse valor.

Tabela 7.6 – Indicadores Educacionais dos municípios da RMB, 1991, 2000 e 2010

Município	Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar			Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Ananindeua	7,93	8,57	9,65	9,33	6,89	4,21
Belém	8,18	8,88	9,64	8,91	5,99	3,99
Benevides	6,85	8,12	9,42	22,59	13,83	8,71
Castanhal	6,69	7,85	9,91	22,71	15,74	10,21
Marituba	6,6	7,42	9,2	20,51	11,89	5,9
Santa Bárbara do Pará	6,62	8,13	8,88	26,75	16,04	11,03
Santa Isabel do Pará	7,42	8,18	9,38	26,93	16,34	12,19
Pará	6,48	6,8	8,49	28,45	20,62	14,98

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Tabela 7.7 – População por faixa etária, por nível de ensino com um ano de atraso idade-série na RMB (1991, 2000 e 2010)

Município	Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar			Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Ananindeua	7,93	8,57	9,65	9,33	6,89	4,21
Belém	8,18	8,88	9,64	8,91	5,99	3,99
Benevides	6,85	8,12	9,42	22,59	13,83	8,71
Castanhal	6,69	7,85	9,91	22,71	15,74	10,21
Marituba	6,6	7,42	9,2	20,51	11,89	5,9
Santa Bárbara do Pará	6,62	8,13	8,88	26,75	16,04	11,03
Santa Isabel do Pará	7,42	8,18	9,38	26,93	16,34	12,19
Pará	6,48	6,8	8,49	28,45	20,62	14,98

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

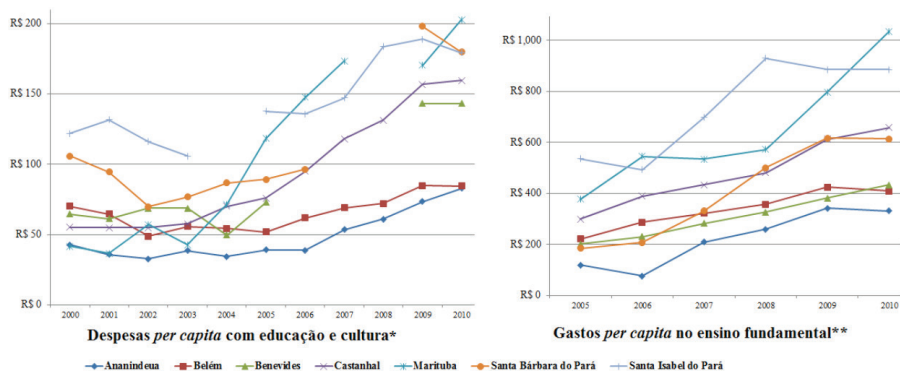
Tabela 7.8 – População por faixa etária com 2 anos de atraso idade-série, por nível de ensino na RMB (1991, 2000 e 2010)

Município	De 6 a 17 anos frequentando o ensino básico			De 6 a 14 anos frequentando o ensino fundamental			De 15 a 17 anos frequentando o ensino médio		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Ananindeua	47,42	35,84	22,32	39,96	28,77	17,35	22,61	17,91	9,43
Belém	46,94	33,43	22,49	39,19	25,95	17,67	17,08	14,28	8,84
Benevides	59,27	41,17	25,2	53,92	32,39	19,4	21,39	30,23	16,64
Castanhal	56,51	41,37	24,41	49,36	34,44	18,98	21,16	18,91	10,27
Marituba	58,73	43,55	24,78	50,62	34,95	20,12	33,37	19,04	14,96
Santa Bárbara do Pará	57,25	40,01	28,33	48,96	31,86	22,07	82,06	39,6	14,6
Santa Isabel do Pará	50,15	36,84	23,54	45,98	30,04	19,87	20,8	23,03	11,3
Pará	57,17	46,82	31,25	51,16	40,01	25,9	22,49	18,7	11,74

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Observa-se que ao longo dos anos há um aumento nos gastos em educação (Gráfico 7.4), destacando-se os municípios de Marituba, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara e Castanhal, que, de 2000 a 2010, aumentaram significativamente seus gastos em educação. Por exemplo, o município de Marituba gastou no ano 2000, R\$ 41,66, e em 2010, o gasto em educação e cultura por habitante passou a ser de R\$ 202,8, um aumento de 386,81%. No ensino fundamental, esses números são ainda mais robustos: em 2005, o município investia R\$ 378,1 para cada aluno matriculado no ensino fundamental e em 2010, a cifra era de R\$ 1.036, um aumento de 174,03%.

Gráfico 7.4 – Evolução dos gastos per capita em educação e cultura (2000-2010) e dos gastos per capita no ensino fundamental (2005-2010) a preços de 2003



Fonte: Finanças do Brasil (FINBRA) – STN, IPEADATA e INEP.

* Valor dos Gastos em educação e cultura divididos pela população dos municípios; ** Valor dos gastos no ensino fundamental dividido pelo número de alunos matriculados no ensino fundamental.

Existem evidências de que o gasto em educação tem sido aplicado de forma eficiente na RMB, tal afirmativa pode ser confirmada observando-se indicadores qualitativos, como os dados da Prova Brasil e das taxas de aprovação, bem como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Nas tabelas 7.9 e 7.10 são apresentados os indicadores de taxas de aprovação e as notas da Prova Brasil (padronizada) para os anos iniciais e finais, respectivamente.

³ Valores atualizados pelo IGP-DI.

Tabela 7.9 – Taxas de aprovação e notas da Prova Brasil padronizada: anos iniciais do fundamental na RMB (2007/2009/2011)

Município	Aprovação			Prova Brasil		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Ananindeua	73	82,5	90,63	4,69	3,44	3,91
Belém	73,6	82,3	87,8	4,76	3,31	3,93
Benevides	74,6	81,7	87,26	4,51	3,19	3,66
Castanhal	76,6	82,8	85,88	4,72	3,13	3,71
Marituba	80,4	85	89,89	4,59	3,39	3,67
Santa Bárbara do Pará	73,3	80,6	81,41	4,45	2,69	3,53
Santa Isabel do Pará	73,2	86,8	83,73	4,35	2,81	3,27
RMB	74,96	83,1	86,66	4,71	3,3	3,84
Brasil	84,6	87,3	88,07	-	-	-

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2007; 2009; 2011) e Microdados da Prova Brasil.
Elaboração: Observatório das Metrôpoles, 2014.

Em relação à qualidade da educação, nota-se que, para os anos iniciais do ensino fundamental na RMB, tanto a taxa de aprovação quanto o desempenho médio da Prova Brasil vêm oscilando ao longo do período analisado. No ano de 2009, observamos uma queda na média da nota da Prova Brasil, com uma recuperação em 2011, no entanto, a nota média não alcançou o nível observado em 2007. Apesar da contínua melhora das taxas de aprovação, observa-se que esse indicador não é acompanhado com a melhoria da qualidade das notas em Português e Matemática e, considerando um indicador mais global como o IDEB (Tabela 7.10), observa-se uma melhora contínua dos municípios da RMB ao longo do período.

Tabela 7.10 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e metas estabelecidas, ensino fundamental – anos iniciais, na RMB (2007/2009/2011)

Município	IDEB			IDEB Metas		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Ananindeua	3,4	4,4	4,6	3,4	3,8	4,2
Belém	3,4	3,9	4,4	3,1	3,4	3,8
Benevides	3	3,8	4,1	3,3	3,7	4,1
Castanhal	3,3	3,7	3,9	3,1	3,5	3,9
Marituba	3,3	4	4	3,2	3,5	3,9
Santa Bárbara	3,4	3,7	3,9	-	3,1	3,4
Santa Isabel	2,8	3,6	3,4	2,6	2,9	3,3
RMB	3,2	3,9	4,0	3,1	3,4	3,8

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2007; 2009; 2011). Elaboração: Observatório das Metrôpoles, 2014.

Não só observamos uma melhoria contínua do IDEB, mas também com a maioria dos municípios da RMB atingindo a meta do índice para os anos iniciais do ensino básico, apenas o município de Santa Isabel do Pará não conseguiu atingir a meta em 2009, mas recuperou-se em 2011. Centrando-se nos anos finais do ensino básico, observa-se uma configuração diferente a observada nos anos iniciais do ensino fundamental:

Tabela 7.11 – Taxas de aprovação e notas da Prova Brasil padronizada, anos finais do fundamental, na RMB (2007/2009/2011)

Município	Aprovação			Prova Brasil		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Ananindeua	72,7	74,4	84,33	5,72	4,37	4,76
Belém	67,9	69,9	80,95	5,66	4,28	4,65
Benevides	69,8	80,9	77,43	5,41	3,93	4,49
Castanhal	73,6	78,4	77,45	5,52	3,97	4,44
Marituba	82,9	84,9	82,92	5,56	4,26	4,41
Santa Bárbara do Pará	69,4	72,2	75,56	5,09	3,76	3,98
Santa Isabel do Pará	76,6	85,4	86,65	5,38	3,76	4,06
RMB	73,27	78,01	80,76	5,64	4,25	4,59
Brasil	78,2	79,7	80,83			

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2007; 2009; 2011) e Microdados da Prova Brasil.
Elaboração: Observatório das Metrópoles, 2014.

Alguns municípios como Benevides, Castanhal e Marituba não tiveram melhoras na taxa de aprovação entre 2007 e 2011 e esse efeito também foi acompanhado da queda e, depois, recuperação das notas padronizadas da Prova Brasil e esses dois condicionantes associados, refletem diretamente no resultado do IDEB, mas essa observação é pautada na baixa evolução do IDEB para o período final do ensino fundamental e também por verificar que apenas Ananindeua e Belém ficaram, no período, acima da meta do IDEB (Tabela 7.12).

Tabela 7.12 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e metas estabelecidas, ensino fundamental – anos finais, na RMB (2007/2009/2011)

Município	IDEB			IDEB Metas		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Ananindeua	3.7	4.3	4.5	3.7	3.8	4.1
Belém	3.2	3.5	3.7	3.1	3.3	3.6
Benevides	-	-	-	-	-	-
Castanhal	3.7	3.5	3.7	3.4	3.6	3.9
Marituba	3.5	3.8	3.8	3.4	3.5	3.8
Santa Bárbara	-	-	-	-	-	-
Santa Isabel	3.1	3.5	3.4	3.1	3.3	3.5
RMB	3.4	3.7	3.8	3.3	3.5	3.8

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2007; 2009; 2011).

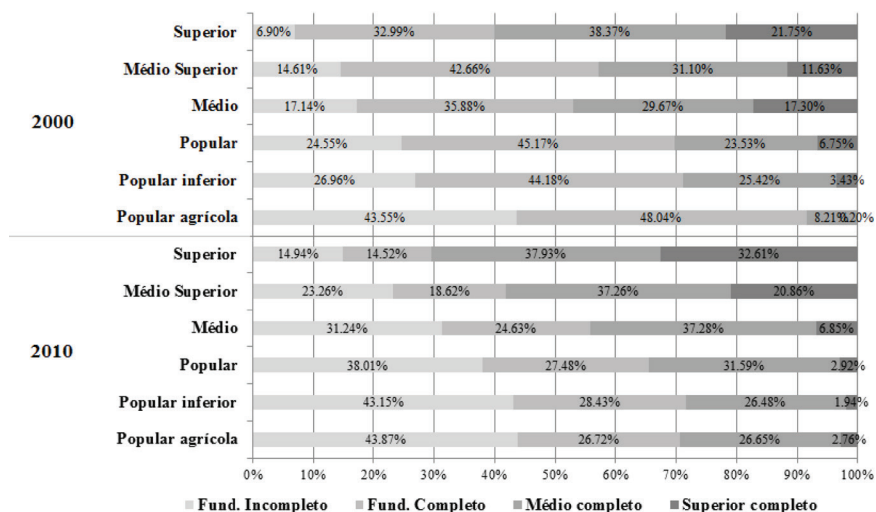
Elaboração: Observatório das Metrôpoles, 2014.

Melhoras foram observadas na RMB no que tange à qualidade educacional, apesar dela, para as séries finais do ensino fundamental, não estar evoluindo no ritmo que os gestores de políticas públicas tinham como meta. Nesse caso, o IDEB estadual não entrou na análise por se tratar de uma metodologia com maior nível de agregação, impossibilitando a análise por municípios.

7.4.2 A estrutura educacional pelos tipos socioespaciais

Entre os anos de 2000 e 2010, verificamos uma mudança nos indicadores educacionais entre os tipos socioespaciais, pois as análises empreendidas trataram da concentração percentual das pessoas por tipologia em cada indicador (Gráfico 7.5 e tabela 7.12).

Gráfico 7.5 – Escolaridade do responsável pelo domicílio, segundo os tipos socioespaciais (RMB 2000 e 2010)



Fonte: Censos Demográficos IBGE (2000-2010). Elaboração: Observatório das Metrôpoles, 2014.

Como pode ser observado no gráfico acima, nos dois anos analisados, o tipo socioespacial Popular Agrícola, Popular Inferior e Popular são compostos, predominantemente, por responsáveis com nível escolar baixo, com, no máximo, o fundamental completo e, para os dois períodos, os percentuais superam os 55%; já os níveis de escolaridade mais altos estão concentrados nos tipos socioespaciais classificados, como Médio, Médio Superior e Superior.

No geral, observa-se uma piora na distribuição da escolaridade das pessoas responsáveis pelo domicílio entre os anos de 2000 e 2010. A concentração de pessoas com escolaridade mais alta continuou em 2010 nas áreas do tipo Médio Superior e Superior, como era esperado. O que se observou entre o período analisado foi um aumento no percentual de responsáveis sem instrução ou fundamental incompleto e com ensino fundamental completo.

Nesse caso, devemos considerar que o efeito território influencia fortemente na mudança da composição da escolaridade das responsáveis pelo domicílio entre os anos e isso se deve à mudança da distribuição territorial implementada pelo IBGE entre os dois períodos analisados, impossibilitando afirmações mais profundas sobre tais modificações.

Os tipos inferiores são os que apresentaram as piores distribuições no território: o tipo Popular, por exemplo, em 2000, concentrava 37,62% dos seus estudantes com um ano de atraso escolar, já em 2010 esse percentual era de 38,28%. As categorias Popular Inferior e Popular Agrícola também tiveram um aumento no quantitativo de estudantes com um ano de atraso escolar no período analisado (tabela 7.13).

Tabela 7.13 – Distribuição percentual dos anos de atraso, abandono escolar e tipo de escola por tipologia socioespacial (2000-2010)

Classes	Atraso (1 ano) ¹		Atraso (2 anos) ²		Abandono ³		Escola Pública ⁴		Escola Privada ⁴	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Superior	41.85	14.06	36.62	8.91	1.12	0.90	34.11	35.27	65.89	64.73
Médio Superior	41.52	25.34	34.36	16.51	1.57	1.47	63.25	55.46	36.75	44.54
Médio	41.09	31.32	33.75	20.36	2.53	1.87	76.15	70.79	23.85	29.21
Popular	37.62	38.28	31.24	25.81	3.77	2.49	83.79	81.72	16.21	18.28
Popular inferior	35.73	37.05	29.56	23.85	3.65	3.10	92.57	85.44	7.43	14.56
Popular Agrícola	33.90	38.06	27.97	25.53	4.05	3.42	89.80	86.34	10.20	13.66

Fonte: Censos Demográficos IBGE (2000-2010). Elaboração: Ricardo Bruno Santos
Obs.: 1 - Atraso escolar de 1 ano para pessoas de 7 a 15 anos de idade; 2 - Atraso escolar de 2 anos para pessoas de 7 a 15 anos de idade; 3 - Abandono escolar para pessoas de 15 a 17 anos; 4 - Pessoas que estudam em escola pública ou privada.

Enquanto isso, nos tipos superiores o que se observa é uma queda no quantitativo de alunos com atraso escolar entre 2000 e 2010. Com relação ao abandono escolar é baixo o percentual para todos os tipos, os tipos inferiores foram os que apresentaram maior percentual de abandono escolar.

Nos tipos Médio Superior e Superior, a maior parte dos estudantes que se encontra, nessa parte do território, frequenta escolas particulares; por sua vez, mais de 80% dos estudantes das camadas inferiores frequentam escolas públicas, nesse caso, percebe-se que a localização pode exercer forte influência no tipo de escola que os estudantes frequentam. Tal fato é relativamente preocupante dado o que foi visto sobre a distribuição da infraestrutura educacional da RMB, pois, os estudantes dos tipos socioespaciais mais baixos são os que apresentam os piores indicadores educacionais nesse aspecto.

7.5 Considerações finais

Apesar de a RMB ser um dos principais polos de atração do estado do Pará e da região Norte do Brasil, ainda possui grandes problemas estruturais que brecam seu desenvolvimento. Evidentemente, a RMB está em uma trajetória diferente de outras grandes regiões metropolitanas brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, porém tem forte contexto de urbanização, centralização e centralidade na região.

O município de Belém, dentro da RMB, é o que apresenta os melhores indicadores de infraestrutura educacional, com maiores investimentos e serviços mesmo que, entre os anos de 2000 e 2010, tenha se observado uma evolução fraca na qualidade do ensino fundamental na RMB.

Apesar dos avanços nos indicadores de educação, a RMB ainda apresenta algumas situações críticas, como o fato de nem 10% da população ter nível superior, e a porcentagem que possui concentra-se nos tipos mais superiores (como o Médio, o Médio Superior e o Superior), já a grande massa da RMB mostra-se concentrada nos níveis de ensino fundamental incompleto e fundamental completo.

Tal característica limita a região no que tange a alcançar maior qualidade nos níveis educacionais, estando a parte mais central (municípios de Belém e parte de Ananindeua) concentrando as melhores situações educacionais, e para as regiões mais periféricas da RMB resta as situações mais negativas no que tange aos aspectos educacionais, ou seja, o efeito do território no aspecto educacional é algo que existe e deve ser considerado, explicando o porquê do Pará ter tido o pior índice em termos de média de anos de estudo, e o segundo pior IDH-Educação, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013.

Nesses termos, a qualificação da população fica em parte prejudicada, gerando um fator que limita a inserção delas no mercado de trabalho formal, construindo, com isso, uma ampla rede de informalidade na RMB, com grau de formalização que, na maioria dos municípios da RMB, não passava dos 50% dos trabalhadores.

Apesar de, ao longo da década, o grau de formalização ter aumentado para os municípios da RMB há exceções, como Santa Bárbara do Pará; assim, observa-se que a RMB apresentou situações, em que, em média, 20% de sua população estava em situação de fragilidade ocupacional, sendo uma característica comum dos tipos.

No entanto, apesar de uma homogeneidade no que tange à fragilidade ocupacional, pode-se verificar que as camadas superiores possuem melhores inserções no espaço intraurbano, pois foram as que tiveram maior queda na sua participação relativa intraclasse tipológica entre 2000 e 2010, ou seja, as classes mais superiores conseguiram se inserir no mercado de trabalho de forma mais intensa.

A gama de resultados encontrados não possui uma origem inerente apenas da falta de qualificação adequada à população, nem sequer a falta de oportunidades ou vontade da população por lutar por melhores condições de moradia, saneamento, renda, entre outras. Muito do que ocorre na RMB está relacionado com a falta de investimento público, infraestrutura urbana adequada e a precária condição de serviços coletivos e condições ambientais e, nesse aspecto, todos, independentemente do tipo que as pessoas estejam inseridas, seja ela Superior, Médio Superior ou Popular Agrícola, estão suscetíveis a sofrer o impacto de seu entorno, com aumento das desigualdades sejam elas de qualquer espécie, o que limita o bem-estar geral da população da RMB.

Referências

- BECKER, B. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro, Zahar: 1982.
- BORGES, Angela Maria; CARVALHO, Inaiá Maria. Segregação urbana e emprego: observações preliminares sobre Salvador. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais. Lindóia, 2012.
- BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus: 1997.
- BURGOS, M. Segregação urbana e segregação institucional. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro, 2009.
- CÂMARA, G., CARVALHO, M. S.; CRUZ, O. G.; CORREA, V. Análise espacial de áreas. In: DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. (Eds). Análise Espacial de Dados Geográficos. Brasília: EMBRAPA, 2004.
- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J.; SENA, L. F. A.; SANTOS, R. B. N.; RIBEIRO CRUZ, S. H. A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000. Novos Cadernos NAEA. Belém, v. 10, n. 1, p. 143-183, 2006.
- CARVALHO, I.; CORSO-PEREIRA, G. A cidade como negócio. Eure. v. 39, n. 118, p. 5-26, 2013.

- CROOKS A. Constructing and implementing an agent-based model of residential segregation through vector GIS. *International Journal of Geographical Information Science*. v. 24, n. 5, p. 661-675, 2010.
- CUNHA, J. M. P. *Novas Metr opoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, NEPO/Unicamp: 2006. p. 365-398.
- FERNANDES, A. C.; BITOUN, J.; ARAÚJO, T. B. Tipologia das cidades brasileiras. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (Org.). *Coleção Conjuntura Urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metr opoles, 2009. v. 2.
- GETS, A.; ORD, J. K. *The Analysis of Spatial Association by Use of Distance Statistics*. *Geographical Analysis*. v. 24, n. 3, 1992.
- LIMA, J. J. Segregação socioespacial e forma urbana: Belém no final dos anos 90. In: FERNANDES, E.; VALENÇA, M. M. (Eds.). *Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- LIMA, J. J. F.; MOYSÉS, A. (Org.). *Como andam Belém e Goiânia*. Rio de Janeiro, Letra Capital; Observatório das Metr opoles: 2009.
- MONTE-MOR, R. L. As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil. In: DINIZ, C.; CROCCO, M. (Org.). *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte, Editora UFMG: 2006. p. 61-85.
- PARK, R.; BURGESS, E. *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1921. Disponível em: <<https://archive.org/details/IntroductionToTheScienceOfSociology>>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- PARK, R.; MCKENZIE, R. D.; BURGESS, E. *The City: Suggestions for the Study of Human Nature in the Urban Environment*. Chicago, University of Chicago Press: 1921. Disponível em: <<https://archive.org/details/IntroductionToTheScienceOfSociology>>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- PASTERNAK, S. et al. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. *Espaço e debates*. v. 24, n. 45, p. 87-109, 2004.
- PINHEIRO, A.; ÁLVARO, M. A. G. Informalidade na Região Metropolitana de Belém: um retrato por g nero. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais. Caxambu, 2006.
- PREDEBON, K. M.; MATHIAS, T. A.; AIDAR, T.; RODRIGUES, A. L. Desigualdade sócio-espacial expressa por indicadores do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 8, p. 1583-1594, 2010.
- RIBEIRO, L. C.; KAZTMAN, R. (Org.). *A Cidade contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro, Letra Capital: 2008.
- _____; RODRIGUES, J. M.; CORRÊA, F. S. Segregação residencial e mercado de trabalho nos grandes espaços urbanos brasileiros. In: LAGO, L.

(Org.). Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: economia, sociedade e território. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles/IPUR/UFRJ, FASE: 2010.

RODRIGUES, Ana Lúcia. A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 2004. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, PUC.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Edusp: 1996.

SILVA, E. V. (2011). Desigualdade de renda no espaço intra-urbano: análise da evolução na cidade de Porto Alegre no período 1991-2000. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, PROPUR, UFRGS.

_____; BICHIR, R. M. Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial. In: CUNHA, J. M. (Ed.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, Editora da Unicamp: 2006. p. 231-252.

TORRES, H. G.; MARQUES, E. Políticas Sociais e Território: uma abordagem metropolitana. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 28-30, 2004.

VINKOVIC, D., KIRMAN, A. Schelling's model with income preferences and a housing market. International Journal of Geographical Information Science, n. 18, v. 105, p. 4109-4114, Mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2393808/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro, REVAN/FASE: 2001.

ZORBAUGH, H. The Natural Areas of the City. In: LIN, Jan; MELE, Christopher. (Ed.). The Urban Sociology Reader. New York, Routledge: 2005. p. 82-88.